



Órgão de divulgação do SindSaúde/PR • Novembro de 2011 • Rua Mal. Deodoro, 314, cj 801, CEP 80.010-010, Curitiba, PR

DIA 29

Organizados, servidores prometem mais pressão



Mais uma reunião da Comissão que estuda a viabilidade de implementar o PCCV e regulamentar as 30 horas vai acontecer dia 29 de novembro, mas dessa vez a Comissão vai contar com o apoio da brava gente em todos os cantos e de todos os cantos do Estado em um ato de apoio às nossas reivindicações! Leia mais nas páginas 3 e 4.

Numa canetada só, chefias têm aumento de até 128%!

Leia na página 9

Assembleia da categoria dia 29 de novembro – em Curitiba em frente à Sesa

SAS: a saga continua

Sistema é campeão de reclamação

Mesmo prometendo que em seis meses mudaria o modelo do SAS, e se não conseguisse alcançar esse objetivo se demitiria, o superintendente do Sistema de Assistência à Saúde, José Macedo, continua no cargo. Também, com 128% de aumento é confortável permanecer no comando da instituição!

Em Curitiba, o contrato com o hospital São Vicente acabou. Nova licitação foi feita e não houve interessados.

O governo, então, decidiu que o servidor

ia ser atendido no Hospital da Polícia Militar - HPM. Mas a corporação e parte da direção do HPM reclamam que não há como o hospital dar atendimento a todos.

A saga do funcionalismo continua. Vale lembrar que o servidor também tem direito ao SUS e vale o trabalho de conhecer a rede pública e nela buscar atendimento.

Serviço público precisa ser valorizado e reconhecido pelo servidor!



Primeiro debate sobre o SAS revela que SUS é a solução

O Sindicato promoveu o primeiro debate sobre o SAS, em 5 de dezembro na 3ª. Regional de Saúde.

Ficou evidente que esse Sistema serve para repassar muito recursos ao setor privado da saúde, sem qualquer controle de qualidade ou de satisfação do servidor com o atendimento. Uma lástima. E mudar essa realidade é tarefa para Hércules, já que os serviços de saúde comercializados sempre têm o lucro como objetivo principal.

Em Ponta Grossa, os trabalhadores elencaram uma série de problemas que enfrentam para serem atendidos na Santa Casa, atual prestadora de serviços ao SAS nos Campos Gerais.

- A espera é em um corredor insalubre
- No final de semana são estudantes de medicina que atendem
- Despreparo técnico no atendimento à emergência
- A fila de espera para consulta com Ortopedia e Endocrinologia é de mais de seis meses
- O banheiro de mulheres é junto com o dos homens
- O resultado dos exames leva pelo menos três meses para ser conhecido
- Instalações precárias como se fosse hospital de "guerra"
- Criança sem febre não é atendida pelo SAS.

Ao saber o custo do sistema para um atendimento tão precário, a indignação foi geral.

O debate serviu para mostrar que o SUS é o plano certo da classe trabalhadora!



Atenção aposentados



Vem aí o Encontro Estadual.

O Encontro dos Aposentados vai acontecer dias 8 e 9 de dezembro.

Ligue para o sindicato e faça já a sua inscrição! Ou escreva para contato@sindsaudepr.org.br. A gente espera você!

EXPEDIENTE

Pressão Alta - Órgão de divulgação do SindSaúde • Abril de 2011

SindSaúde/PR - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Estado do Paraná. Sede própria à Rua Mal. Deodoro, 314, 8º andar, cj.801, Ed. Tibagi, Curitiba, PR, CEP 80.010-010. Fone (041) 3322-0921, fax (041) 3324-7386 • www.sindsaudepr.org.br • contato@sindsaudepr.org.br • Fotos: Julio Cesar Cruz e colaboradores espontâneos • Textos: Lea Okseanberg • Colaboração: Elaine Rodella e Lys Cordeiro • Editora e jornalista responsável: Lea Okseanberg • Diagramação: Excelência Comunicação. Fone: (41) 8802-4450 • Impressão: O Estado do Paraná • Tiragem: 8 mil exemplares. É permitida a reprodução com a citação da fonte.

Servidores organizados garantem continuidade da luta

Muita enrolação, muitas desculpas. A categoria chegou ao limite!

Todos sabem que em muitas unidades da Sesa a jornada de 30 horas já é uma realidade. Porém, isso não é garantia de que essa jornada dure eternamente. A jornada de 30 horas precisa ser normatizada.

E o que queremos é ver essa jornada em lei. Até porque o Art.4º, da Lei 13.666, e a

Lei da Insalubridade dispõem sobre a possibilidade de o governador alterar a jornada, quando for verificada a existência de insalubridade ou periculosidade.

Portanto, já tem brecha o bastante para que se coloque um fim nessa longa *via crucis* do vai e vem da nossa carga horária.



De preto, simbolizando luto, parte dos servidores do HT paralisou as atividades durante o período da manhã do dia 3 em protesto contra o reme-reme do governo.

Só a luta muda a vida

Trabalhadores mostram garra e disposição para lutar



Hospital do Trabalhador



Hospital Infantil de Campo Largo



Hospital Regional do Litoral



HEMEPAR



Guarapuava

No dia 3 de novembro, os servidores usaram roupa preta em sinal de luto pelo não atendimento das reivindicações. O preto também simbolizou a luta para que a jornada seja de até 30 horas e pelo PCCV próprio.

A jornada ampliada apenas adoece ainda mais a categoria, que já tem um trabalho de natureza diferenciada dos demais. O Plano de Cargos e Carreira só para a saúde é mais do que uma

necessidade. É perspectiva para os novos e para os que já chegaram à última casa do Quadro. Os novos, se mantidos no QPPE, só terão promoção daqui a dez anos! Os que estão há tempo no Estado e chegaram à última casa, mas continuam se aperfeiçoando, estudando, não têm como avançar.

Vale a pena ver de novo

Dia 3 de novembro, 26 de outubro, 28 de setembro, 18 e 26

de agosto, a vigília realizada na semana de 11 de junho e 30 de março foram datas que marcaram o calendário de lutas dos funcionários da Sesa. Paralisações, apoio ao movimento em defesa das 30 horas e do plano próprio da saúde aconteceram em todo o Estado.

Nosso esforço não foi em vão, hoje temos mais locais fazendo 30 horas. Só isso não basta. E é fácil ver por que:

1. ainda persiste a jornada de 40 horas em vários locais
2. ainda não temos a regulamentação da jornada de 30 horas
3. o PCCV não é uma expectativa
Você que tem consciência da importância do seu trabalho, que tem autoestima e valoriza o que faz, junte-se aos colegas e, em caravana, faça acontecer um grande dia de luta. Dia 29 de novembro, junte-se à brava gente da saúde!

29 DE NOVEMBRO

Todos na pressão na Comissão

A SESA reforça, discursa, garante que é na Comissão de Recursos Humanos que as pendências da reivindicação de implantação do Plano de Carreira da Saúde e a regulamentação da jornada de 30 horas serão resolvidas.

Mas a primeira reunião já demonstrou que as que estão por vir serão somente uma vez ao mês, mesmo o sindicato tendo apresentado a proposta de que as reuniões fossem a cada 10 dias. Os representantes da gestão não aceitaram a proposta do sindicato. Tentando buscar uma proposta intermediária, a direção sindical propôs que a reunião fosse a cada 15 dias. Nem assim a gestão abriu mão e as reuniões ficaram com a periodicidade mensal.

Vale lembrar que o trabalhador da saúde no seu dia a dia de trabalho tem de tomar decisões rápidas para cuidar da preservação da vida das pessoas atendidas em nossas unidades. Enquanto o trabalhador resolve com con-

dições ou não desafios diários que têm de ser solucionados de imediato, a gestão da Sesa tem prazo, mais prazo, novo prazo, um pouco mais de tempo. Em resumo, tem deixado essas reivindicações sempre para depois.

A constituição dessa Comissão parece ser mais um modo de ganhar tempo. Para reverter essa intenção, só com muita agitação.

Porque participar. Conheça as diferenças entre o plano de carreira atual e a proposta defendida pelo sindicato



30 horas para todos

A Sesa sabe que em muitos locais de trabalho a jornada é de 30 horas. E a Sesa quer ver a viabilidade para implantar as 30 horas em todas as unidades. Não dá mais para esperar.

Enquanto fica o impasse, muitos funcionários ainda cumprem 40 horas. O sindicato não suporta discriminação entre servidores. Direitos iguais para todos. Esse é o nosso lema.

Quem faz a jornada de 30 horas hoje quer ter a segurança de estar respaldado em lei. Sabe que decisões arbitrárias já aconteceram e que nos causaram gravíssimos prejuízos.

E quem não faz, não aguenta mais a espera da negociação e a demora da decisão pela SESA

Portanto, gente, a mobilização, a gritaria tem de ser geral no dia 29 de novembro.

Traga sua caravana, traga seu grito de guerra, seu apito, sua buzina. Não caia no desânimo, vamos fazer a verdadeira luta com nossa garra e organização.

PLANO ATUAL LEI 13.666/2002	PROPOSTA DE QUADRO PRÓPRIO
Avanço no salário - Só após dez anos de carreira no serviço público	Avanço salarial - a cada ano, mediante a apresentação de cursos ou a cada dois
Para quem já está na classe 1 - só resta os avanços por tempo de serviço	O avanço é maior para quem fez cursos mais especializados
Mesmo tendo cursos de longa duração, o funcionário vai avançar apenas duas referências salariais dentro da mesma classe.	O avanço é maior para quem faz cursos de escolaridade maior
GAS na aposentadoria - o servidor leva proporcional na aposentadoria	GAS na aposentadoria - é incorporado ao vencimento para levar integralmente ou ser um adicional inerente ao cargo para também levar integralmente
Três tabelas salariais sendo para o ensino fundamental, médio e superior	Uma única tabela para todos os servidores com maiores possibilidades de aumentos nos vencimentos. Essa forma permite que o servidor avance de acordo com sua escolaridade real
A Lei 13.666 não trata do auxílio ou vale-transporte	O auxílio transporte é de 24% do vencimento inicial da carreira, independente da remuneração e deslocamento do servidor
A periodicidade dos crescimentos na carreira depende de Decreto do governador	Os prazos estão todos definidos na lei
Não trata especificamente dos aposentados	Prevê o reenquadramento dos aposentados considerando o tempo de serviço no Estado do Paraná quando se aposentaram
Não considerou o tempo de serviço no momento da implantação do plano de carreiras	Prevê a concessão de níveis extras a contar, levando em conta o tempo de serviço
Não assegura a jornada de 30 horas e cumprimento das leis federais sobre jornada	Prevê a jornada de 30 horas semanais e cumprimento das leis federais referentes a jornadas.
Não trata de cargos comissionados	Prevê limitação do número dos cargos de livre provimento.
Não trata dos servidores que foram rebaixados na carreira em 1997	Prevê tratamento diferenciado para aqueles que foram rebaixados de forma a restabelecer os direitos
Trata técnicos como auxiliares	Prevê pagamento maior para quem é técnico
Não diz o que acontece com quem chega ao final da carreira e continua com condições de avançar	Prevê ganho de adicional para quem chega ao final da carreira e continua com condições de crescer.
Não aborda as diretrizes do SUS para os planos de carreiras	Fundamenta-se nas diretrizes do SUS para os planos de carreiras
Prevê avaliação	Prevê avaliação de desempenho, mas não como requisito para crescimento na carreira
Não prevê gestão compartilhada do plano de carreiras	Prevê gestão compartilhada do plano de carreiras com participação do sindicato

Muita construção e pouca conclusão!

A herança maldita dos hospitais

O ex-governador Requião, aquele que se acha professor de Deus, marcou sua passagem pelo governo com inúmeras nomeações para pagar dívidas de gratidão aos “companheiros” que o auxiliaram na campanha. Com isso, na saúde proliferaram chefias incompetentes e que levaram adiante receitas “milagrosas” para atender a necessidade de

serviço de saúde da população.

Nesta edição, dedicamos parte do nosso espaço para retratar episódios dessa história. A gestão Requião se utilizou de propaganda enganosa, com a ajuda de seus fiéis escudeiros. Hoje, o que se constata é o sofrimento da população e dos trabalhadores de saúde.

Recurso é investido sem planejamento

São mais de 10 hospitais construídos e nenhum funciona plenamente. É duro assistir ao mau uso do recurso público, em especial o destinado à saúde. As obras tiveram inúmeras incorreções técnicas, muitas delas chegam a ser grosseiras. Entre essas falhas, destacam-se falta de lavanderia, laboratório com espaço reduzido, expurgo inadequado, tamanho de enfermaria inferior ao necessário, saída de emergência inexistente, inadequação do fluxo de área suja e limpa na cozinha, falta de ralo na cozinha, ar condicionado mal instalado, setor de manutenção em

local perigoso, baixa capacidade da rede elétrica, o que impede a instalação de equipamentos.

Associado aos problemas estruturais se agrega a ausência de planejamento que possibilita a aquisição de móveis e equipamentos. Assim, os problemas se avolumam. Laboratórios e lavanderias sem equipamentos, centros cirúrgicos fechados, falta de insumos, autoclaves com problemas de funcionamento, falta de alvará, sem contar que, em algumas unidades, há setores inteiros fechados.

Ou a Sesa muda ou a Sesa muda!

A Sesa acaba sendo a depositária de todos os problemas. Aliás, não tem muita alternativa porque se a coisa não mudar é a Sesa mesmo a responsável.

Ou a atual gestão muda para transformar os elefantes brancos da saúde, criados pelo Requião, em verdadeiros serviços de saúde ou será conivente com os erros das chefias nomeadas pelo atual governo. Se deixar como está, a Sesa mostra que concorda com tudo o que se passa ao redor. Talvez seja uma forma de justificar a destinação a cada vez mais de recursos públicos para a iniciativa privada.



Desrespeito com os servidores

Os problemas de gestão de pessoal não são menores nem maiores. Simplesmente são tão graves quanto os itens estruturais, de equipamentos, insumos, móveis.

Parte dos hospitais sofre também na atual gestão com a nomeação de chefias incompetentes e despreparadas. Na saúde, o Código Estadual diz que, preferencialmente, as chefias devem ser de carreira. Mas o termo preferencialmente sucumbe aos desmandos políticos partidários.

Interferência x rejeição – Em determinadas regiões do Estado, o deputado mandatário, por conta das indicações de chefias e os famosos pedidos fura-fila do SUS têm conquistado a repugnância dos trabalhadores.

Todos sabem que o escritório local ou regional de alguns parlamentares virou agência de empregos para a terceirização do serviço.

Aliado a esse quadro, de usar o aparelho do Estado para interesses pessoais e escusos, parte das chefias nomeadas não cumpre horário, é turista no hospital e ainda dita normas. Mas não se vê qualquer esforço para diminuir os problemas ou colocar o hospital em funcionamento.

A impressão que dá é que a maioria das chefias pensa que a função delas é ditar regras, ignorar os princípios do SUS e não ouvir os trabalhadores com respeito.

Conquistas são frutos da luta!

Promoção é paga

UMA VITÓRIA IMPORTANTE

ANEXO XII DO DECRETO Nº 2.071/2011
TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E REMUNERAÇÃO
CARREIRAS DO QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO - QPPE

Nesse mês de outubro, foi paga a promoção para a maioria dos servidores que aguardava esse avanço na carreira e ganho salarial.

Mas a reparação desse erro não nasceu da decisão de um patrão. Dependeu, sim, de muito esforço daqueles que lutaram, daqueles que não se acomodaram.

O governo respondeu à pressão daqueles que arregaçaram as mangas e enfrentaram esse governo. Prova disso que é encaminhado os procedimentos necessários para que pelo menos o pagamento acontecesse.

Embora antiga, a frase que tem norteado o movimento dos servidores da saúde é Mas luta continua. A luta continua mesmo. A luta continua para gritar a necessidade e a urgência do acertar o retroativo.

Mãos à obra para resolver o direito como um todo.

CARGO: AGENTE DE APOIO

→ PROMOÇÃO

REF	CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
1	745,99	1165,35	1820,48
2	772,09	1206,14	1884,20
3	799,12	1248,36	1950,14
4	827,09	1292,05	2018,40
5	856,04	1337,27	2089,04
6	885,99	1384,07	2162,16
7	917,01	1432,52	2237,83
8	949,11	1482,66	2316,16
9	982,32	1534,55	2397,22
10	1016,70	1588,26	2481,13
11	1052,28	1643,85	2567,97
12	1089,11	1701,38	2657,85

REFERÊNCIA SALARIAL

↓ PROGRESSÃO

CARGOS: AGENTE DE EXECUÇÃO

→ PROMOÇÃO

CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
1118,97	1764,36	2782,00
1158,14	1826,12	2879,37
1198,68	1890,03	2980,15
1240,63	1956,19	3084,45
1284,05	2024,65	3192,41
1328,99	2095,52	3304,14
1375,51	2168,86	3419,79
1423,65	2244,78	3539,48
1473,48	2323,34	3663,37
1525,05	2404,65	3791,58
1578,43	2488,82	3924,28
1633,68	2575,93	4061,63

↓ PROGRESSÃO

CARGO: AGENTE PROFISSIONAL

→ PROMOÇÃO

CLASSE III	CLASSE II	CLASSE I
2685,55	4312,90	6926,38
2779,54	4463,85	7168,80
2876,83	4620,09	7419,71
2977,52	4781,79	7679,40
3081,73	4949,15	7948,18
3189,59	5122,37	8226,36
3301,22	5301,66	8514,28
3416,76	5487,21	8812,29
3536,35	5679,27	9120,71
3660,13	5878,04	9439,94
3788,23	6083,77	9770,34
3920,82	6296,71	10112,30

↓ PROGRESSÃO

Promoção - a leitura da Promoção é sempre horizontal, da esquerda para a direita. Por exemplo, um Agente de apoio, na referência 1, poderá ir da Classe III para a Classe II, aumentando seu salário de R\$ 745,99 para 1.165,35.

Progressão - a leitura é sempre vertical, de cima para baixo, aumentando o salário conforme aumenta sua referência salarial.

Auxílio alimentação: de 50 para 105 reais

VITÓRIA DA RECLAMAÇÃO GERAL

isso apenas ocorreu depois de muita reunião, sensibilização, argumentação e gente acompanhando a luta e gritando pelo seu direito.

Progressão vem em novembro

VITÓRIA À VISTA

O avanço na carreira também acontecerá em novembro. É a vez da progressão na carreira. O servidor que tiver mais esse avanço precisa entender que esse crescimento salarial não é benefício que o governo concede. Esse é outro fruto da nossa ação firme em defesa dos trabalhadores. E não é a direção do sindicato que faz sozinha. Faz, sim, com a participação de todos que sabem que é apenas com luta que se avança.

O auxílio alimentação no valor de 50 reais não compra nem um litro de leite por dia durante um mês. Não há uma palavra que descreva tamanha barbárie. Foi também na luta que conseguimos, ao menos, a correção do valor.

Se você não recebe, lembre-se que muitos colegas na sua unidade acabaram de entrar no Estado e parte recebe menos que dois salários mínimos nacionais. A lei estadual estabelece o direito ao auxílio alimentação para o servidor que receber valor abaixo de dois salários mínimos por mês. É uma vitória que precisa ser comemorada.

Para você, que viu seu vale dobrar de valor, lembre-se que



E a luta não para por aí!

Importantes direitos não são respeitados

É com a sua participação que o quadro mudará! Quem participou das movimentações, passeatas, apitações sabe que o aquilo que conquistamos foi pela nossa garra e disposição. Quem participou sabe que precisa ter fôlego para continuar a lutar. E, por isso, nosso trabalho de fazer barulho, de bater panela, de fazer acontecer não pode parar.

A lista de coisas a resolver ainda é grande.

Injustiça total com parte dos servidores

DECRETO 7.774

PROSSEGUE

DISCRIMINATÓRIO

A progressão por tempo de serviço para os servidores de 1º e de 2º grau é coisa ainda não resolvida. A não solução é abusiva e bate reto e direto na paciência do servidor. Mas isso o governo só sente quando os mais de 10 mil servidores se fizerem presentes nas manifestações.

O sindicato chamou e quem sabe do seu direito e quis defendê-lo compareceu!

Rebaixados

TRISTE E

INACREDITÁVEL

SITUAÇÃO

Um problema que afeta os servidores que ocupam cargo de auxiliar de laboratório, atendente de farmácia, agente de saneamento e auxiliar administrativo é o rebaixamento.

São trabalhadores que quando entraram no Estado tiveram de comprovar a escolaridade de ensino médio. E por conta de erro de uma lei, esses profissionais foram rebaixados para 1º grau. Entra governo, sai governo, o sindicato põe isso na pauta. Na tentativa de resolver a questão, o SindSaúde vai até o governo, explica, manda relatório, parecer jurídico.

O governo fala, diz que vai ver, vai analisar, criar comissão para estudar. Só que no final não vemos muito interesse do governo com a situação. **Desistir, jamais!**

Atenção: se você está nessa situação, venha participar da luta. A enrolação não pode ser eterna!

Reconhecimento dos desenquadrados

A LUTA CONTINUA

Na reunião do Fórum das Entidades Sindicais - FES -, o SindSaúde, que integra o FES, debateu o problema dos servidores que atuam numa função e recebem por outra. Em geral, com qualificação profissional a mais, fazem funções que o Estado não remunera.

Por isso, o FES reiterou que os servidores vão continuar lutando por uma solução abrangente, que beneficie a todos os trabalhadores. Não apenas alguns!

O que queremos

O enquadramento deverá ser estendido a todos os desenquadrados.

Aqueles servidores que não atenderem aos requisitos da Nota Técnica deverão ser beneficiados pela Tabela Salarial Classe Especial e o restante com o pagamento da Gratificação - Gast.

O Fórum das Entidades Sindicais (FES) assume o comando da articulação da Audiência Pública. A APP-Sindicato ficou responsável por agendar uma reunião com o deputado Ademar Traiano, líder do governo, para expor a situação dos desenquadrados e confirmar a data da audiência que está indicada para o dia 22 de novembro, das 9h às 12h, no Plenarinho da Assembleia Legislativa.

Encontro reúne servidores cedidos

São mais de 1.500 servidores da Sesa à disposição dos municípios

Esses servidores lotados nos mais diversos municípios do Paraná têm ajudado a dar continuidade às ações da atenção básica em saúde.

O problema é que o Estado disponibilizou esses profissionais para apoiar a descentralização do SUS nos municípios e acabou por abandonar esses servidores.

Com isso, muitas gestões municipais pisam e desrespeitam os servidores.

O encontro teve a presença da representação de grande parte das regionais, levantou problemas, definiu ações.



Venda do patrimônio público Velhas práticas, de FHC a Dilma!

Essa prática nasceu antes do SUS e se perpetua até os dias de hoje. Não tem governo diferente não. De FHC a Dilma, de Lerner a Beto Richa, passando por Requião, nada mudou. A saúde, pouco a pouco, está sendo entregue a associações, organizações sociais e outros monstros que são da iniciativa privada, mas sem fins lucrativos.

Se o SindSaúde está atento aos problemas, o Ministério Público - MP - e o Tribunal de Contas do Estado - TCE - também estão. Para quem quer se aprofundar no assunto vale a pena ler o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas.

O site é <http://www.tce.pr.gov.br/contasdogoverno2010/>. Uma tela bem colorida surge e você clica em CADERNOS. A partir daí é só escolher a sua área de curiosidade.

Fortalecer o SUS é uma das metas do sindicato

O SindSaúde reforça a reivindicação de uma gestão voltada ao fortalecimento do SUS, de respeito aos equipamentos públicos sem terceirização dos serviços, e com gestão democrática de trabalho, que valorize o conhecimento, a experiência e o que vive o servidor da saúde na prática diária de seu serviço, de seu setor e da equipe.

É a diretoria do sindicato que está junto aos trabalhadores buscando organizar os locais de trabalho. O objetivo é que sejamos um grupo forte, disseminado no Estado, para fazer o enfrentamento à altura do que é necessário e que exige o período histórico que vivemos.

Herança maldita 2

Justiça é feita, mas governo emperra

A decisão de que o servidor da saúde tem direito à aposentadoria especial foi e é motivo de muita comemoração. Conquistar o direito na justiça é uma fase necessária. Mas não é suficiente.

Passados 18 meses da conquista, o governo enrola e não se posiciona sobre o direito à aposentadoria especial do servidor.

O governo reconhece a vitória. Entretanto, ao receber o pedido de aposentadoria por essa determinação judicial, ele enrola e não define se o servidor pode ou não se aposentar.

Tem mais de 40 processos com pedido de aposentadoria especial de servidor da saúde. Os processos tramitam, mas não são concluídos. Alguns servidores estão há meses em licença remuneratória. Licença amparada por lei estadual que determina que, após 30 dias do protocolo do pedido de aposentadoria ter chegado no ParanaPrevidência, os servidores têm direito à licença remuneratória. Isso significa que o servidor fica em casa aguardando a emissão da aposentadoria, rece-

bendo todas as vantagens, como se estivesse na ativa.

Alerta 1 - Você, que quer pedir sua aposentadoria especial, deve fazê-lo sem receio. A decisão de se aposentar depende do retorno de toda a sua documentação, com a conclusão do ParanaPrevidência de como será sua aposentadoria.

Fique atento - Ao receber o processo, no momento de optar se quer mesmo se aposentar, o ideal é que você consulte o sindicato. Se avaliar que não é conveniente se aposentar naquele momento, basta pedir o arquivamento do processo. **Sempre faça contato com o sindicato. Dessa forma, podemos orientar como proceder.**

Alerta 2 - A licença remuneratória é um direito do servidor respaldado na lei estadual 14.502, de 17/09/2004. Alguns setores de pessoal dizem que o servidor não deve entrar em licença remuneratória (saiba o que é essa licença no box ao lado). Porém, essa informação está equivocada. Usufruir da licença não traz qualquer prejuízo ao servidor.

O que é licença remuneratória

“Licença Especial Remuneratória Para Fins de Aposentadoria é o afastamento, a pedido, com todos os direitos e vantagens inerentes ao cargo efetivo, após 30 dias da data da protocolização do pedido de aposentadoria, desde que tenham sido averbados todos os tempos computáveis para aposentadoria.

Não se aplica aos militares.

Esta licença foi instituída pela Lei 14.502, de 17/09/2004 e regulamentada pelo Decreto 5913, de 21/12/2005.

A contagem dos 30 dias se dá, na entrada do protocolo de aposentadoria na Coordenadoria de Concessão de Benefícios da ParanaPrevidência CCC/PRPrev, porém, o órgão do servidor tem 15 dias para concessão da licença.

É contado o tempo de licença especial como tempo de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

Interrupção de prazo:

Interrompe a contagem do prazo de 30 dias no caso de diligências externas à ParanaPrevidência, para regularizar processo ou ratificar pedido por parte do servidor.

Indenização:

Apenas nos casos de indeferimento sem causa ou improcedente é devido o dobro do salário a título de indenização ao servidor. O pagamento deve ser feito em única parcela, em folha de pagamento, no mês subsequente ao requerimento, que deve ser feito via protocolo ao Grupo de Recursos Humanos Setorial - GRHS e deve ser instruído com informação sobre permanência em atividade depois de requerida a aposentadoria e até seu indeferimento, bem como com o documento que comprove o indeferimento do pedido de aposentadoria.”

Trocando em miúdos - É assegurado o pagamento a todos aqueles que solicitam aposentadoria e 30 dias depois o processo ainda não tiver sido finalizado. Também estão garantidos, nesse período de “passagem”, todos os direitos, sem qualquer perda ao servidor.

Alerta 3 - O sindicato continua debatendo com o Estado a necessidade de reconhecer o direito do servidor, que se aposentará de ter salário integral, adicionais de tempo de serviço integral e GAS proporcional.

SALVE A CARIDADE!

Governo estatiza filantropia

Hospitais filantrópicos recebem 274 milhões de reais sem licitação



Num piscar de olhos o governo idealizou e concretizou, mesmo de forma irregular, o HospSUS - Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná. O que mostrou que, depois de nove meses, o Estado, quando quer, viabiliza.

Foi muito rápido mesmo: entre o anúncio do programa e a publicação no Diário Oficial foram apenas 40 dias. Isso significa que a prioridade desse governo não é a pauta de reivindicação daqueles que executam os programas da Secretaria.

**Para os filantrópicos tudo!
Para os nossos, migalhas!**

Se há recursos em abundância para a rede “filantrópica” hospitalar, para os da Sesa nem pensar! Os problemas de sempre continuam. Confira:

Levantamento de Convênios FUNSAÚDE | HOSPSUS - Diário Oficial n.º 8541 | 31/08/2011

OFÍCIO N.º	ENTIDADE	CIDADE	VALOR
2097/11	Hospital Bom Jesus	PONTA GROSSA	R\$ 12.654.023,52
2102/11	Hospital Rede de Assistência a Saúde Metropolitana/Metropolitana de Sarandi	SARANDI	R\$ 11.068.800,00
2099/11	Misericórdia de Jacarezinho/Santa Casa	JACAREZINHO	R\$ 3.737.938,80
2165/11	Irmandade da Santa Casa de Londrina - ISCAL Hospital Santa Casa de Londrina	LONDRINA	R\$ 7.680.000,00
2101/11	Casa de Misericórdia de Cornélio Procópio/Santa Casa de Cornélio Procópio	CORNÉLIO PROCÓPIO	R\$ 7.734.663,48
2100/11	Hospital Irmandade São Vicente de Paulo/Hospital São Vicente de Paulo	CURITIBA	R\$ 14.548.363,08
2103/11	Hospital Hoesp Associação Beneficente de Saúde do Paraná	TOLEDO	R\$ 10.777.200,00
2107/11	Hospital Associação Beneficente São Rafael/Hospital São Rafael	ROLÂNDIA	R\$ 2.769.155,40
2096/11	Assoc. Norte Paranaense de Combate ao Câncer/Hosp. Reg. João de Freitas	ARAPONGAS	R\$ 44.386.317,84
2110/11	Hosp. Santa Casa de Misericórdia de Cambé/Santa Casa de Cambé	CAMBÉ	R\$ 7.665.873,46
2106/11	Sociedade Hospitalar Bom Jesus/ Hospital e Maternidade Bom Jesus	RIO NEGRO	R\$ 1.284.000,00
2092/11	Hospital Irmandade São Vicente de Paulo/Hospital São Vicente de Paulo	CURITIBA	R\$ 2.703.719,16
2094/11	Hospital Instituto de Saúde Bom Jesus/Hospital Bom Jesus	IVAIPORÃ	R\$ 6.049.598,04
2109/11	Univ. Estadual do Oeste do Paraná/Hospital Universitário do Oeste do Paraná	CASCADEL	R\$ 21.332.522,64
2095/11	Irmandade do Hospital de Caridade de Irati/Hospital Santa Casa Beneficência Camiliana do Sul/Hospital Anna Fiorillo Menarim	IRATI	R\$ 7.982.859,84
2093/11	Associação Missionária de de Beneficência/Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz	CASTRO	R\$ 4.440.000,00
2098/11	Irmandade da Santa Casa de Araçongas	MEDIANEIRA	R\$ 2.666.975,40
2104/11	Sociedade Beneficente São Camilo/Hospital Regional de Caridade Nossa Senhora Aparecida	ARAPONGAS	R\$ 4.041.821,64
2104/11	Sociedade Beneficente São Camilo/Hospital Regional de Caridade Nossa Senhora Aparecida	UNIÃO DA VITÓRIA	R\$ 3.136.412,40
2091/11	Hospital Sociedade Beneficente São Camilo/Hospital Vicentino	PONTA GROSSA	R\$ 6.535.424,16
2173/11	Santa Casa de Misericórdia de Maringá	MARINGÁ	R\$ 8.160.000,00
2163/11	Fundação de Saúde Itaipuapy Hospital Ministro Costa Cavalcanti	FOZ DO IGUAÇU	R\$ 1.920.000,00
2161/11	Associação Paranaense de Cultura - APC Hospital Universitário Cajuru	CURITIBA	R\$ 9.600.000,00
2158/11	Santa Casa de Campo Mourão	CAMP. MOURÃO	R\$ 7.840.000,00
2159/11	Associação Evangélica Beneficente de Londrina	LONDRINA	R\$ 7.680.000,00
2168/11	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba Hospital Santa Casa de Curitiba	CURITIBA	R\$ 8.640.000,00
2166/11	Hospital Nossa Senhora das Graças Hospital Mater Dei	CURITIBA	R\$ 1.920.000,00
2162/11	Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta Hospital Santa Casa de Goioerê	CURITIBA	R\$ 2.400.000,00
2164/11	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba Hospital Universitário Evangélico de Curitiba	GOIOERÊ	R\$ 2.400.000,00
2164/11	Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba Hospital Universitário Evangélico de Curitiba	CURITIBA	R\$ 9.600.000,00
2167/11	Província Brasileira da Cong. Irmãs Filhas da Caridade São Vicente de Paulo Hosp. Província	APUCARANA	R\$ 4.800.000,00
Total dos convênios			R\$ 245.755.668,86

Levantamento de Convênios FUNSAÚDE | HOSPSUS - Diário Oficial n.º 8545 | 06/09/2011

Ofício n.º	Entidade	Valor
2249/11	Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa/Santa Casa de Misericórdia	R\$ 25.363.306,30
2170/11	Associação da Santa Casa de Iporã Hospital Cristo Rei	R\$ 3.135.592,16
Total dos convênios		R\$ 28.498.898,46

Valor total dos Convênios: R\$ 274.254.567,32

1. No Hospital Regional de Ponta Grossa falta cimento para fazer uma calçada de 10 metros!
2. No Hospital Zona Norte e no Zona Sul de Londrina falta equipamento no laboratório e na lavanderia.
3. No Hospital Infantil de Campo Largo, assim como no Regional do Sudoeste, os equipamentos do laboratório são alugados. Por que não foram comprados?
4. No Hospital Regional do Sudoeste, em Francisco Beltrão, além da falta de equipamento na cozinha, os servidores ainda não dispõem de luvas, uniformes e botas para o trabalho na unidade.
5. No Hospital Regional São Sebastião da Lapa, o Centro Cirúrgico não funciona por não ter instalação elétrica adequada. A pediatria também fechou.
6. Ao Centro de Reabilitação e ao HrPG, que passaram por auditoria da própria Sesa, depois de constatadas as irregularidades apontadas pelo SindSaúde, foram indicadas necessidade de reformas. Quando vão acontecer mesmo?
7. Diversos laboratórios da Sesa foram ou estão por ser terceirizados.
8. Quantos dos novos hospitais construídos estão em pleno funcionamento? Nenhum! E os filantrópicos? A todo vapor! Nada como estatizar a filantropia!

Mas os recursos vão para os outros. Assim, fica mais fácil repassar para os consórcios, fechar convênios e financiar campanhas eleitorais. Ou não? É dando que se recebe!

Só que o SindSaúde já encaminhou denúncia ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

Avanço na terceirização

Os trabalhadores precisam estar de olho no que ocorre no interior das unidades. Em São Paulo, o PSDB entregou a totalidade dos hospitais públicos e todos os seus serviços para as Organizações Sociais.

No Paraná, o processo tem sido faltar as unidades e, aos poucos, doar à iniciativa privada. Assim, é fácil constatar que os laboratórios do Hospital Zona Norte e do Zona Sul, e o Hospital Regional Sudoeste foram entregues em 10 meses de gestão. No Hospital Regional do Litoral, não há laboratório. E o Estado ao invés de construir, adota a postura de compra de serviços. As lavanderias do HZS e HZN, do HICL e do Centro de Reabilitação estão sem funcionar, e o Estado mantém o processo de compra de serviço externo ao serviço público. Enquanto as lavanderias não são equipadas, não são reformadas, o dinheiro continua sendo destinado a empresas privadas, muitas vezes de qualidade bastante questionável.

E a avaliação também atinge o HT, que tem toda estrutura para lavar as roupas e que houve licitação para compra de serviço.

As centrais de material são setores em que a terceirização também avança. No HRS, no HRPG e no HT a situação também é de compra de serviço para esterilizar material.

Cozinhas também estão sem funcionamento e compras de serviço externo continuam a todo vapor.

Portanto, o quadro de terceirização é uma política planejada de entregar o serviço público, pouco a pouco. Até que não sobre nada!

Convênios - Outra forma de entregar o patrimônio público é fazer convênios com entidades privadas ou filantrópicas. É assim que o Centro de Reabilitação, mesmo depois de feita auditoria,

e constatado problemas na prestação de contas da entidade conveniada, a Sesa mantém o convênio e o repasse de recursos para a APR.

Outros convênios que estão por se encerrar a vigência nem deveriam ser renovados. É o caso do HRS e do HICL. Mas parece que não é essa a política da Sesa, a política de manter e aprofundar

a entrega do que é função do Estado.

A luta do SindSaúde é não deixar que isso continue. E os servidores também precisam se juntar a essa frente e mandar ver, botar mesmo a boca no trombone!



SindSaúde garante duplo vínculo

Sindicato é obrigado a acionar justiça para que Estado cumpra a lei

O Estado do Paraná tem adotado uma postura bastante discutível na questão do direito do servidor a ter duplo vínculo. Há casos de servidores que têm tido o salário suspenso, sem sequer dar a oportunidade de o trabalhador se pronunciar e comprovar a legalidade do duplo vínculo. É importante destacar que para ter dois empregos públicos dentro da legalidade, o servidor deve ocupar cargo de profissão regulamentada na saúde e ter compatibilidade de horário.

Foi o que ocorreu com a servidora, que teve seu salário suspenso, mesmo trabalhando regularmente. Em setembro, a justiça pediu tutela antecipada em respeito ao artigo 37, da



Constituição Federal. A sentença do mandado de segurança saiu no dia 26 de outubro. Mais uma vez, justiça foi feita.

Ao Estado, cabe ainda recorrer, mas agora é outra história. A sentença é da juíza Patrícia de Almeida Gomes Bergonse,

da 8ª Vara da Fazenda Pública.

Infelizmente, nem sempre a justiça tem mantido esse entendimento. Não há unanimidade e uniformidade nas ações que reclamam a manutenção do direito ao duplo vínculo. Com isso, há juízes que decidem de forma diferente.

Ainda assim, quando a administração pública age de forma a descumprir a lei, mesmo com os argumentos apresentados pelo sindicato, o caminho é entrar com ação judicial.

A assessoria jurídica do SindSaúde está à disposição. Toda quarta-feira, a partir das 9h. Para assuntos previdenciários, toda sexta-feira no período da manhã. **Não se omita nem se prejudique. Bote a boca no trombone!**

Aumento de até 128% para as chefias é provocação

Número de comissionados é o maior dos últimos anos

Esse é o choque de gestão! A direção sindical imagina a indignação daquele aposentado que trabalhou trinta anos ou mais e sequer recebe a GAS integral, ou ainda nem recebe a GAS, pois se aposentou antes de 2004.

A direção sindical imagina a raiva, a incompreensão, até o sentimento de traição daquela trabalhadora que estudou para fazer o concurso, pagou a taxa de inscrição, passou. Depois pagou o exame médico e passou pelo blá-blá-blá durante a nomeação. É de doer entrar pela porta da frente, sem costa quente, sem apadrinhamento e ver que o Estado reconhece quem é aliado político e pouco faz por quem é de carreira!

Ao chegar aos locais de trabalho, a direção sindical viu e ouviu e se solidarizou com a revolta dos servidores. Esse tipo de política enlouquece qualquer um, em especial quando grande parte das nossas reivindicações demora para ser atendida. Se envolver dinheiro então, leva uma era!

Usar recurso público para dis-

tribuir benefícios aos aliados não pode ser uma ação que tenha a concordância do funcionalismo. Nessa medida, não há meio termo. Faltou seriedade, avaliação, coerência e responsabilidade com o que está sob os cuidados do governo. Apenas sob os cuidados. Esse patrimônio e o orçamento são do Estado e não podem estar à disposição dessa

verdadeira farra com o dinheiro do povo.

A despesa mensal com o aumento aos 3.943 cargos políticos é de R\$ 7 milhões a mais!

Para fora - Não adianta muito falarmos apenas dos nossos locais de trabalho. Temos de denunciar, temos de protestar.



População paga com aumento dos impostos

Taí o choque. O choque de gestão

271%. Esse é a proposta de aumento máximo das taxas do Detran, aprovado pela maioria dos nobres deputados estaduais (veja quadro).

Os parlamentares ignoraram o fato e passaram o rolo compressor. Mais uma vez, o governo mostrou qual é a prioridade e a agilidade empenhada para alcançar essas metas. No mesmo dia em que a matéria tramitou na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, foi a plenário. Fato incomum na Casa.

A base governista acionou o trator para avançar o máximo possível na tramitação da matéria e evitar que o desgaste da discussão do tarifaço se estendesse por mais tempo. A principal estratégia foi uma manobra regimental que transformou o plenário em "comissão geral", permitindo que emendas fossem analisadas de imediato, sem a necessidade de o



projeto retornar às comissões. Dessa forma, foi possível realizar duas votações sucessivas num único dia. E, no dia seguinte, 8/11, a matéria foi aprovada.

Quem paga essas taxas? Todos que têm carro! Carro é luxo? Não. É necessidade! Portanto, a maioria tem o seu veículo e vai pagar até 500 reais. É o real choque de gestão!

Da redação com informações da Gazeta do Povo

Saiba como votaram os deputados

Votaram a favor do tarifaço do Detran

42 deputados. Os contrários foram 8.

A favor - Adelino Ribeiro (PSL), Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PMDB), André Bueno (PDT), Artagão Jr. (PMDB), Augustinho Zucchi (PDT), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Caíto Quintana (PMDB), Cesar Silvestri Filho (PPS), Cleiton Kielse (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Evandro Jr. (PSDB), Fernando Scanavacca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PSB), Hermas Jr. (PSB), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Eduardo Cheida (PMDB), Marcelo Rangel (PPS), Marla Tureck (PSD), Mauro Moraes (PSDB), Nelson Garcia (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Paranhos (PSC), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Rasca Rodrigues (PV), Reni Pereira (PSB), Roberto Aciolli (PV), Rose Litro (PSDB), Stephanes Jr. (PMDB), Teruo Kato (PMDB), e Waldyr Pugliesi (PMDB).

Contra - Anibelli Neto (PMDB), Elton Welter (PT), Enio Verri (PT), Luciana Rafagnin (PT), Péricles de Mello (PT), Professor Lemos (PT), Toninho Wandscheer (PT), e Tadeu Veneri (PT).

Ausentes - Fabio Camargo (PTB), Gilson de Souza (PSC), e Mara Lima (PSDB).

Obs.: Valdir Rossoni (PSDB), como presidente, só vota em caso de empate

Controle social

Sindicato tem grande representação na 10ª Conferência Estadual de Saúde

É preciso qualificar o debate da saúde pública

Com 40 delegados, o SindSaúde teve a maior representação de trabalhadores. Éramos longe a maior delegação. Mas ter número não é suficiente. É preciso ter conteúdo no debate e nas propostas. O sindicato apresentou teses sobre financiamento e gestão do trabalho.

Na abertura, a direção do sindicato entregou ao governador Beto Richa documento com a reivindicação das 30 horas e do PCCV (foto). Durante os três dias de Conferência demonstrou que defendeu a melhoria das ações na área da saúde da mulher, da saúde mental, da saúde do trabalhador. Relatou os problemas na gestão, falou contra a terceirização, pontuou a necessidade de respeito ao controle social.



Ao final, o SindSaúde em processo eleitoral, conseguiu a vaga de titular e suplente no Conselho Estadual de Saúde.

Nossa presença nesse espaço seguirá no caminho do efetivo exercício de não ser um mero expectador. Ou pior: um homologador, um avalista de políticas definidas pela Sesa. A participação tem de ser para analisar os dados técnicos do processo saúde-doença da população para a definição da política de saúde, das prioridades, do investimento. Vamos levar nossas lentes de aumento e fazer a fiscalização.

Com essa participação, também conquistamos quatro vagas à 14ª Conferência Nacional de Saúde, que acontece em Brasília, entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro.

DESClassificados

Cobra criada é de lascar!

Não há soro antiofídico que consiga segurar a língua de certas chefias que a-d-o-r-a-m fazer terrorismo com os “subalternos”. Fazem parte do repertório para impedir a manifestação dos trabalhadores a evolução da escala de 30 horas, mentiras, fofocas, contrainformação e consulta de opinião ao usuário. Tamanho é o tempo destinado às ameaças, que não sobra uma hora sequer pra chefia colocar em funcionamento setores fechados pela incompetência da gestão. Exemplos não faltam: lavanderia, centro cirúrgico, laboratório.

É, a jornada do chefe é de até dois períodos por semana - oito longas horas a cada sete dias. Por isso, ele mereceu até 128% de aumento salarial. Já a jornada e o salário dos servidores são bem diferentes.

Lei define valor da anuidade dos conselhos

Lei federal nº 12.514 define o valor das anuidades dos conselhos

Para os profissionais de nível universitário os conselhos estão autorizados a cobrar até R\$ 500,00. Nesse caso, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, odontólogos, farmacêuticos e todas as demais categorias que têm conselho de classe poderão pagar o valor máximo definido na lei.

Já os técnicos de enfermagem, técnico de higiene bucal, técnico de raio-x podem pagar até R\$250,00.

Sem discussão, a lei foi aprovada sem que grande parte dos conselhos promovesse qualquer debate com os profissionais sobre o conteúdo dessa norma e menos ainda sobre os valores definidos pela lei.

Resta aos trabalhadores irem aos seus conselhos e pressionar

para que a aplicação da lei não seja pelo valor máximo permitido na nova legislação.

Ação - O SindSaúde e muitos outros sindicatos entraram com ação contra os valores de cobrança dos conselhos. E as decisões judiciais pela diminuição do valor foram se avolumando e várias decisões foram pela devolução e limitação dos valores cobrados pelos conselhos de classe.

Essas ações valem para anuidades anteriores à lei. A partir de agora, a regulamentação dos valores, via lei, impede o ingresso de novas ações.

Prepare seu bolso! Mas cada categoria deve se organizar e buscar brigar dentro do respectivo conselho para que o valor não seja o exorbitante definido na lei.



Empresa privada é desclassificada na justiça

A Urbs - Urbanização de Curitiba S/A -, até setembro responsável pela fiscalização e aplicação de multas de trânsito da capital, foi proibida pela Justiça de

notificar os motoristas. De acordo com o Tribunal de Justiça do Paraná, uma sociedade anônima não tem competência pra isso por se tratar de uma sociedade de economia mista. A decisão é resultado de uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Ministério Público em 1996. Desclassificados o prefeito, a Urbs e os proprietários da sociedade anônima.

Sind
Saúde
PARANÁ

ASSEMBLEIA DA
CATEGORIA
dia 29 de novembro
Curitiba
Em frente à Sesa